

ECONOMIA / TEMA DO DIA

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

A proposta é retirar do pagamento dos empregados as contribuições ao Sistema S e a patronal para a Previdência, além do Imposto Educação

Governo quer aliviar o custo da folha salarial

MARCELO TOKARSKI

DA EQUIPE DO CORREIO

Além do pacote anunciado ontem pela equipe econômica, o governo prepara a desoneração da folha de pagamento das empresas. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, várias despesas vinculadas hoje à folha salarial seriam desoneradas, passando a ser cobradas com base no faturamento das empresas. São elas a contribuição patronal de 20% para a Previdência Social, os repasses ao Sistema S (formado por Sesi, Senai, Senac, Sesc), que variam de 1,5% a 2%, o Imposto Educação e o seguro de risco ocupacional (alíquota de 1% a 3%). Pelos cálculos do ministério, 27,5% da folha seriam desonerados. O objetivo da medida, que recebe elogios e críticas do setor produtivo, é reduzir o custo da contratação de funcionários, estimulando a formalização e a abertura de postos de trabalho.

Marinho afirmou que as discussões envolvem os ministérios do Trabalho e da Previdência Social. "Precisamos separar o que é remuneração do trabalho daquilo que não é remuneração vinculada à folha. Há uma discussão acumulada no Brasil de se desoneras a folha de pagamento. Defendo essa posição, historicamente, não é de hoje não", afirmou o ministro. Segundo ele, a proposta ainda está em fase de negociação, mas pode ser anunciada pelo governo entre o final do ano e o início de 2007. "É uma negociação mais demorada, mas que está colocada na mesa", confirmou. De acordo com o ministro, há consenso dentro do governo sobre a proposta.

A desoneração poderá trazer problemas para o governo. O próprio ministro do Trabalho reconhece que a desoneração vai desagradar alguns setores da economia, principalmente aqueles de uso não-intensivo de mão-de-obra, como bancos ou empresas com alto grau de inovação tecnológica. "As empresas que têm alto valor agregado certamente terão encarecimento de custos, por isso uma parte gosta e outra não gosta (da proposta). Mas é preciso pensar no que é bom para o conjunto do país", justificou Marinho.

Paulo H. Carvalho/CB - 18/1/06



LUIZ MARINHO ADMITE QUE AS MUDANÇAS PODEM DESAGRADAR ALGUNS SETORES DA ECONOMIA

Ontem à tarde, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou que o governo estuda a desoneração da folha, mas não entrou em detalhes. "Estamos estudando a desoneração da folha de pagamentos das empresas intensivas em mão-de-obra, (mas) ainda precisa de desenho melhor", afirmou. No entanto, Mantega descartou uma eventual redução de alíquota patronal da Previdência, hoje de 20%. "Seria uma medida muito custosa. Cada ponto percentual custa R\$ 4 bilhões. Então, é muito pesado", justificou.

Segundo Mantega, apenas uma parte da contribuição previdenciária patronal seria repassada para o faturamento das empresas, na forma de aumento da alíquota da Cofins. Foram realizadas simulações com a retirada de 5% e 15%. "A alíquota (da Cofins) iria de 7,5% para 9,2%. E a Cofins já é considerada um tributo pesado. Eu não gosto dessa saída. Por isso, estamos procurando uma outra", afirmou. O Correio

apurou junto a fontes do Palácio do Planalto que ainda não há consenso dentro do governo para desoneração da folha. Além de Marinho, Mantega e Nelson Machado (Previdência), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participa das discussões.

Repercussão

Como previu o ministro Luiz Marinho, a desoneração da folha deve mesmo causar polêmica. Um dos setores que comemoram a proposta é a construção civil, que usa grande volume de mão-de-obra. "No mundo inteiro, taxa-se o consumo. No Brasil, taxam-se o salário e a renda, o que incentiva a informalidade", criticou o vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Segundo ele, dos 5 milhões de empregos gerados pelo setor, 72% são informais. "Estamos dizendo que apenas 28% dos trabalhadores pagam impostos e

contribuem para a Previdência Social. O governo precisa estimular o emprego, tornar a contratação menos onerosa", afirmou. Para o executivo, com a desoneração da folha, cerca de um terço dos 3,5 milhões de informais seriam legalizados.

O tributarista Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, no entanto, fez duras críticas à proposta do governo. Segundo ele, não adianta desonera a folha de pagamento e passar a cobrar os impostos via faturamento das empresas. "É uma medida ineficaz, pois mantém o custo tributário para a empresa. É como trocar seis por meia dúzia", comparou. Além disso, acredita, ao estabelecer a alíquota que iria incidir sobre o faturamento, poderia haver aumento de carga tributária. "Nessas mudanças, o governo sempre superestima perdas e subestima receitas. No final da história, o que sempre vemos é aumento da carga de impostos", finalizou. Procurada pela reportagem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) não quis se manifestar sobre o assunto, alegando desconhecer a proposta do governo.

COLABOROU RICARDO ALLAN